



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DIRETORIA LEGISLATIVA

Ofício n. 689/2021-DL

Florianópolis, em 12 de julho de 2021.

Excelentíssimo Senhor
Gean Marques Loureiro
Prefeito Municipal de Florianópolis
Rua Tenente Silveira n. 60 - 5º andar - Centro
88010-300 - Florianópolis - SC

Assunto: informações

Senhor Prefeito,

Cumpro o dever de remeter texto do Requerimento n. 239/2021, de autoria da Senhora Vereadora Carla Ayres e Outros, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente: As vereadoras e o vereador que este subscrevem, na forma regimental, requerem informações a respeito da execução das metas relativas ao eixo saúde previstas no II Plano Municipal de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT. As informações que requeremos são as relativas às perguntas que seguem: As informações que requeremos são as relativas às perguntas que seguem: 1. Por que não foi realizado um Seminário Municipal com o objetivo de discutir e construir estratégias para a atenção integral à saúde da população LGBTI+, cuja meta era para 2020? 2. Por que não estão ocorrendo as formações continuadas junto às equipes técnicas multiprofissionais e gestoras de toda rede de saúde do SUS (Secretaria da Saúde, abrangendo os serviços de atenção primária, secundária e terciária, no que diz respeito ao município), rede suplementar do município, penitenciária e conselho municipal de saúde, contemplando os temas: violências sexistas, lesbofóbicas, homofóbicas, bifóbicas e transfóbicas na recepção, atendimento e acolhimento das pessoas usuárias; estigma e discriminação de classe, gênero, etnia, territorialidade, raça, geração, orientação sexual, identidade de gênero e deficiência, assim como local de origem; direitos humanos, direitos sexuais e reprodutivos; violências contra a população LGBTI+ (física, institucional, patrimonial, psicológica, sexual); violência doméstica e familiar contra a população LGBTI+; violências entre pessoas LGBTI+; inclusão das pessoas LGBTI+ com deficiência nas ações e programas que abordam Direitos Sexuais e Reprodutivos, Saúde Sexual e Reprodutiva e prevenção de IST, HIV/Aids e Hepatites Virais; uso do nome social e pronomes de tratamento de acordo com a autoidentificação; direito ao acesso aos banheiros conforme a identidade de gênero; especificidades no cuidado à saúde da população de pessoas transexuais e travestis na atenção primária; especificidades no cuidado à saúde da população LGBTI+ com idade superior a 60 anos e inferior a 18 anos; acolhimento e orientação de usuários(as) lésbicas, bissexuais, homens trans e pessoas não binárias em casos de aborto legal ou não, cuja meta era para 2020. 3. Por que o Conselho Municipal de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT não foi consultado para a elaboração dessas formações? Existe planejamento para que seja inserida bibliografia de concursos públicos e processos seletivos da Secretaria Municipal de Saúde a temática de gênero e sexualidades esse ano? Quando o Conselho LGBTI+ será convocado para elaborar conjuntamente com o órgão competente a sugestão da bibliografia? 5. A adequação dos cadastros/fichas/sistemas físicos e eletrônicos de atendimento da rede SUS (Secretaria da Saúde, abrangendo os serviços de atenção primária, secundária e terciária, no que diz respeito ao município), rede suplementar do município e penitenciária com a criação e uso dos seguintes campos para preenchimento: Nome Social, como primeiro item dos documentos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero em todos os documentos utilizados pela rede municipal de saúde está sendo fomentada? Já foi feita? Onde? (Prontuário do SUS; protocolo de



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
DIRETORIA LEGISLATIVA

atendimento; ficha de notificação de violência; cartão do SUS; requerimento de exames; certificados; crachá e outras formas de identificação; contracheque; recibos de pagamento; ficha de frequência/ponto; formulários de inscrição dos processos seletivos e concursos públicos) 6. Houve expansão para todos os serviços de atenção primária e secundária o projeto de “Ambulatório de atendimento integral de pessoas travestis e transexuais na atenção primária”? Quais ações de fortalecimento e apoio dessa iniciativa estão em execução e/ou planejamento? Há planejamento para integrar as pessoas trans atendidas na rede básica municipal para atendimento no processo transsexualizador do SUS? 7. Em que locais existe a promoção de ações de atenção à saúde mental da população LGBT nos serviços de saúde (como: pronto atendimento hospitalar; Unidades de Pronto Atendimento – UPA; Centros de Atenção Psicossocial – CAPS; Unidades Básicas de Saúde – UBS; Estratégia Saúde da Família – ESF; Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF; Policlínicas; Centro de Testagem e Aconselhamento - CTA)? Onde não existe, por que não existe, dado que a meta para essa ação era o ano de 2020? E onde existe, quais os horários de atendimento e quantos profissionais estão alocados para este serviço? 8. O Protocolo da Rede de Atenção Integral às pessoas em situação de Violência Sexual – RAIVS está sendo utilizado no atendimento à população LGBT em situação de violência? 9. De que forma se dá o incentivo e o apoio a projetos de organizações da sociedade civil direcionados a ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, assim como na defesa dos direitos e fortalecimentos das redes da população LGBT? Financeiro, organizativo, metodológico, com materiais? 10. Por que os seguintes medicamentos: Undecanoato de Testosterona, Caproato de testosterona, Cipionato de testosterona, Valerato de Estradiol, acetato de ciproterona, di-hidrotestosterona, 17-beta estradiol (gel e comprimido), espironolactona e enantato de estradiol não foram incluídos na Relação Municipal de Medicamentos (REMUNE) para travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias, dado que a meta para essa ação era o ano de 2020?. Por que não existe a disponibilização do acompanhamento por doula durante a gestação, parto e puerpério em todos os espaços de cuidado integral em saúde reprodutiva para lésbicas, bissexuais, homens trans e pessoas não binárias, cuja meta de execução era o ano de 2020? 12. Onde acessamos as metas, ações específicas e alocação de recursos dos Programas Municipais de Saúde, para verificarmos se existe a alocação de recursos direcionados à prevenção das IST, HIV/Aids e Hepatites Virais junto à população LGBT, Homens que fazem Sexo com Homens – HSH, Mulheres que fazem Sexo com Mulheres – MSM, Homens que fazem Sexo com Homens e Mulheres – HSHM e Mulheres que fazem sexo com Mulheres e Homens - MSMH? 13. Qual a estratégia desenvolvida para ampliar o acesso da população LGBT às vacinas disponíveis na rede pública de saúde, prevista para 2020? 14. Foi aprimorada a atenção integral à saúde da população LGBT que vive com IST, HIV/Aids e Hepatites Virais considerando os fatores gerais e específicos que contribuem para o aumento de suas vulnerabilidades? De quais formas? 15. Foram desenvolvidas campanhas de combate a discriminação contra pessoas vivendo com HIV/Aids visando à diminuição do estigma e o esclarecimento sobre as possibilidades de cuidado de si e formas de conviver com o vírus desde o ano de 2020? Quais movimentos sociais foram consultados? 16. Quais ações de fortalecimento das redes de solidariedade, apoio e acolhimento à população que (con)vive com HIV/Aids foram efetivadas desde o ano de 2020? JUSTIFICATIVA O mês de junho é conhecido internacionalmente como o mês de celebração do orgulho LGBTI+. Entretanto, ainda são cotidianas as notícias de violências, desrespeito, negligências, omissão, abandono e diferentes processos de exclusão dos quais a população LGBT tem sido vítima. Em um grau ainda maior de descaso, crueldade e desumanidade os números de assassinatos apontam diariamente para a naturalização do extermínio dessa população.”

Atenciosamente,

Vereador Roberto Katumi Oda
Presidente

srs/dgt